


Canoas, v. 27, n. 1, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8326>

## A participação feminina na União Nacional dos Estudantes – (UNE)

Female participation in the National Union of Students – (UNE)

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin <sup>1</sup>

**Resumo:** À luz do referencial teórico metodológico do Materialismo Histórico e Dialético, o objetivo do artigo é debater a participação política de mulheres na União Nacional dos Estudantes – (UNE). Com auxílio da bibliografia sobre o feminismo e de documentos originados de discussões dos Encontros de Mulheres da UNE – (EME-UNE), abordamos a organização feminina no movimento estudantil universitário, apontando as demandas que orientam a participação de mulheres na UNE e sua relação com a luta de classes. Nas considerações finais indicamos que a UNE, vem dando visibilidade à pautas e assuntos relacionados a mulher com o objetivo de organizar a luta feminina para a conquista de direitos.

**Palavras-chave:** União Nacional dos Estudantes – (UNE); Mulher; Feminismo; Participação Política

**Abstract:** In light of the theoretical methodological framework of Historical and Dialectical Materialism, the aim of the article is to debate the political participation of women in the National Student Union – (UNE). With the aid of the bibliography on feminism and documents originating from discussions of the UNE Women's Encounters - (EME-UNE), we approached the women's organization in the university student movement, pointing out the demands that guide the participation of women in the UNE and its relationship with the class struggle. In the final considerations, we indicate that UNE has been giving visibility to agendas and issues related to women in order to organize the women's struggle for the achievement of rights.

**Keywords:** National Student Union - (UNE); Woman; Feminism; Political Participation

### Introdução

Embora as mulheres tenham conquistado um conjunto de direitos sociais e políticos, o machismo ainda se faz presente no conjunto da sociedade. Para Castañeda (2006, p. 17) o machismo vai além de “uma suposta superioridade masculina em todas as áreas importantes para homens”, pois “estabelece uma diferença psicológica radical entre homens e mulheres, a partir da qual propõe papéis exclusivos em todos os âmbitos”. De posse desse pensamento, compreende-se que “as pessoas são aptas ou não em certas áreas de estudo, ocupações e, até se permitem ou não certas emoções com base no gênero sexual e não em suas características individuais” (CASTAÑEDA, 2006, p. 17).

A cultura machista é composta por um “conjunto de crenças, atitudes e condutas” (CASTAÑEDA,

<sup>1</sup> Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Especialista em História das Revoluções e dos Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: <audiboutin@hotmail.com>

2006, p. 17) que contribuem para a naturalização da violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral,<sup>2</sup> praticada tanto em ambientes domésticos e familiares como também profissionais ou em diferentes espaços da sociedade civil.

Uma das alternativas para confrontar essa realidade é a militância feminina em entidades organizativas da sociedade civil que abrem espaço à participação política da mulher, estimulando a luta por direitos e pela emancipação das relações de poder e opressão. Entre as instituições que contemplam essa perspectiva, situamos nossas análises na União Nacional dos Estudantes – (UNE), a qual embora tenha sido constituída em 1938, durante um momento histórico em que poucas mulheres ocupavam os bancos das universidades, abriu espaço para a participação política feminina no movimento estudantil.

Tomando como referência esse debate, nosso objetivo é debater a participação política de mulheres na UNE. Para tanto, ancoramo-nos no referencial teórico metodológico do Materialismo Histórico e Dialético e com auxílio da bibliografia que tematiza o feminismo e de documentos originados das discussões dos Encontros de Mulheres da UNE – (EME-UNE), apontamos as demandas que orientam a organização política feminina no movimento estudantil universitário, buscando estabelecer pontos de articulação entre a luta de classes e a organização feminina na UNE.

O material empírico é constituído por resoluções, cartas e moções aprovadas nas edições do 6º, 7º e 8º Encontros de Mulheres da UNE, realizados entre os anos de 2015 e 2018. A opção por este recorte temporal se deu porque a página digital da UNE, não disponibiliza documentos referentes aos encontros do EME anteriores ao ano de 2015. Desse modo, as conclusões apresentadas não são definitivas, pois as pesquisas sobre a participação feminina no movimento estudantil é um campo aberto à exploração, portanto, outros pesquisadores, a partir de novas fontes, questionamentos ou recortes temporais, poderão ampliar os debates acerca do tema em questão.

## **Movimento feminista e luta de classes**

O trabalho em sua dimensão ontológica é uma relação de intercâmbio entre o ser humano e a natureza, sendo uma atividade vital para a manutenção da vida, sociabilidade e aquisição de conhecimentos e experiências. Portanto, a transformação intencional da natureza, por meio do trabalho, está intimamente relacionada à construção da realidade, ao estabelecimento de relações sociais e à formação humana (LESSA; TONET, 2011).

No entanto, na sociedade capitalista, o intercâmbio com a natureza é realizado com o objetivo de extrair a mais valia da força de trabalho. Disso decorre que o trabalho, assume um caráter alienante, no qual:

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto o número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção que produz bens (MARX, 2001, p. 111).

---

2 A Lei nº11.340/2016 – Lei Maria da Penha, tipifica cinco modalidades de violência contra a mulher: I) violência física – “entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006); II) violência psicológica – refere-se à “qualquer conduta” causadora de “dano emocional” (BRASIL, 2006); III) violência sexual – “entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada” (BRASIL, 2006); IV) – violência patrimonial: “entendida como qualquer conduta que configure subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens” (BRASIL, 2006) etc.; V) violência moral: “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. (BRASIL, 2006)

A transação de compra e venda da força de trabalho transforma o trabalho em mercadoria, aliena o trabalhador, submetendo-o ao controle da classe dominante. Essa classe, além de deter as rédeas do processo de acumulação privada de capital, influencia as relações políticas, econômicas, culturais que imperam em toda a sociedade. Assim, a existência de uma realidade heterogênea está intimamente relacionada à uma luta de classes que interfere diretamente na vida social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O aperfeiçoamento da sociedade capitalista, do mesmo modo que contribuiu para a segmentação social do trabalho, também foi determinante para imposição de papéis e funções socialmente aceitos para homens e mulheres, pois:

Para o burguês, a mulher nada mais é do que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum, conclui naturalmente que o destino de propriedade coletiva caberá igualmente às mulheres. Não imagina que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu papel de simples instrumento de produção (MARX; ENGELS, 2005, p. 55-56).

A estrutura social hegemônica além de legitimar a exploração da força de trabalho operária, também sustenta a opressão “do homem sobre a mulher no âmbito de uma mesma classe” (LOSURDO, 2015, p. 30), pois a “relação homem/mulher é uma espécie de microcosmo que reflete a ordem social global” (LOSURDO, 2015, p. 30) estruturada na divisão social do trabalho, a qual:

[...] se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (MARX; ENGELS, 2007, p. 36-37).

As relações ideológicas presentes na sociabilidade capitalista não estão desvinculadas de uma lógica, na qual “o masculino é o dominante e que, portanto, é a referência para a construção das práticas sociais” hegemônicas. (FARIA; MORENO; VITÓRIA; COELHO, 2018, p. 11). A ideologia patriarcal<sup>3</sup> é potencializada na hierarquização das relações tanto entre classes (dominante e dominada) como também entre gênero, raça etc.

De acordo com Faria; Moreno; Vitória e Coelho (2018, p. 11) esse processo se faz presente na valorização e no prestígio dos “espaços e atividades consideradas masculinas”, nas quais “feminino é representado como frágil, dependente, meigo, fútil, vinculado à maternidade. Já o masculino é representado como forte, viril, violento, independente, livre”. Essa cultura, além de contribuir para a desvalorização da força de trabalho feminina, reforça estereótipos, legitimando os preconceitos sofridos pelas mulheres na sociedade.

A organização política e coletiva feminina tem como objetivo fragilizar esses padrões, ampliando os direitos sociais e políticos para as mulheres. Dentre as lutas que movimentaram a organização política das mulheres, destacamos o movimento sufragista, ocorrido em diferentes países entre o final do século XIX e

---

3 De acordo com Nascimento e Silva (2015, p. 04) a “ideologia patriarcal” é “forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres e/ou os grupos que se identificam de forma semelhante, muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana”.

início do século XX, o qual marcou a primeira fase do movimento feminista.

Sobre o movimento feminista, Miguel e Biroli (2014) tecem as seguintes considerações:

Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Pertence, portanto, à mesma linhagem do pensamento socialista, em que o ímpeto para mudar o mundo está sempre colado à necessidade de interpretá-lo. Embora um certo senso comum, muito vivo no discurso jornalístico, apresente a plataforma feminista como “superada”, uma vez que as mulheres obtiveram acesso a educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho, as evidências da permanência da dominação masculina são abundantes. Em cada uma destas esferas – educação, política, lar e trabalho – foram obtidos avanços, decerto, mas permanecem em ação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres. [...] (p. 12).

O feminismo incorpora-se no âmbito dos movimentos sociais, que do mesmo modo que confrontam a hegemonia de grupos ou classes que detém algum tipo de poder, também pauta por direitos sociais e coletivos. De acordo com Silva e Camurça (2013, p. 11) o “feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres”, podendo ser “ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida”.

Enquanto linha de pensamento ou teoria o feminismo “procura explicar a situação das mulheres e elabora continuamente a crítica e a denúncia da injustiça da sociedade patriarcal, é uma teoria aberta e em permanente construção” (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 11). Como movimento social, “o feminismo é a movimentação das mulheres na sociedade para a luta por direitos, por mudanças, por igualdade, por justiça”, buscando a superação das relações de dominação que sustentam o patriarcado. (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 11). Já, enquanto “atitude, o feminismo é uma postura cotidiana assumida por cada mulher diante da sua própria vida ao não aceitar ser o ‘tipo de mulher’ que a sociedade impõe que ela seja” (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 11).

A militância política das mulheres na luta por direitos alinha-se a um posicionamento político, cujo objetivo é fragilizar a hegemonia das relações patriarcais imperantes na atual sociedade. Para tanto, o movimento feminista, denuncia o machismo e a violência contra a mulher, além de desenvolver iniciativas políticas que buscam a inserção digna da mulher no mercado de trabalho e a ampliação dos direitos femininos.

É importante destacar que a demanda pela igualdade de direitos não está desvinculada da luta de classes, pois a “igualdade é uma reivindicação ‘óbvia’ levantada por qualquer movimento que queira falar em nome de grupos oprimidos” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 41). Assim, a organização política em movimentos sociais, pavimenta o caminho para a superação das relações sociais que excluem, discriminam, exploram e naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres.

Silva e Camurça (2013, p. 13), não desconsideram as demandas e projetos sociopolíticos particulares a cada movimento social, contudo destacam que “aqueles que lutam por direitos, que querem construir um mundo de justiça e democracia, [...] fazem parte do campo político dos que lutam pela transformação da sociedade”. Isso não quer dizer que as demandas ou pautas específicas de cada movimento social devam ser ignoradas, mas que é importante considerar que todas as demandas se originam no bojo das desigualdades vivenciadas no capitalismo.

De acordo com Montañó e Duriguetto (2011):

[...] as lutas pela igualdade de direitos, de gênero, sexual, racial, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos humanos, por demandas pontuais de uma comunidade, como lutas diferentes (nos seus campos de atuação, na sua organização, nos seus objetivos), mas constitutivas da luta de classes [...] não podem esperar a ‘grande revolução’, para resolver problemas pontuais, mas cujos objetivos de curto prazo (como a igualdade de gênero, por exemplo) não necessariamente são antagônicos à finalidade de longo prazo (a superação da ordem burguesa). Articular o curto e o longo prazos, os objetivos alcançáveis ‘agora’ com finalidade de mais alcance, torna-se imprescindível (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 117).

O fortalecimento dos movimentos sociais e da luta coletiva caminha junto com a harmonização das demandas na busca pela superação da estrutura social hegemônica. As demandas dos movimentos sociais que confrontam a sociedade de classes podem pavimentar caminhos para a solução dos problemas sociais em suas diferentes expressões, dentre os quais se localiza a relação patriarcal, cuja raiz é fundamentada na divisão social do trabalho e na existência de classes sociais.

Dos movimentos sociais ou organizações da sociedade civil que abrem espaços para a participação feminina na luta política, destacamos a União Nacional dos Estudantes – (UNE), organização representativa do movimento estudantil do ensino superior, a qual vem dando visibilidade as pautas que contemplam a ampliação dos direitos femininos, conforme abordamos nas reflexões que dão sequência a este artigo.

### **A participação feminina na União Nacional dos Estudantes – (UNE)**

A UNE é uma organização representativa do movimento estudantil do ensino superior, fundada no ano de 1938 durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Araújo (2007) menciona que durante os primeiros eventos da UNE, houve a participação de mulheres. Esse fato mostra que, a entidade, mesmo em uma conjuntura em que havia restrições ao engajamento político feminino<sup>4</sup>, abriu as portas para que as mulheres se expressassem politicamente.

De acordo com Araújo (2007, p. 74) a abertura da UNE à participação feminina “é digna de nota, porque nos anos 1940 e 1950, a maioria do alunato de nível superior no Brasil era constituída por homens. Eram eles que ocupavam os bancos das faculdades de engenharia, medicina, direito, as mais prestigiadas da época”.

Ao retomarmos a representação feminina no movimento estudantil brasileiro evidenciamos que, embora a UNE tenha sido comandada majoritariamente por homens, esse quadro está se transformando, pois na atualidade as mulheres vêm assumindo diferentes cargos políticos na entidade, além de organizarem eventos que dão visibilidade para a luta feminina por direitos, dentre os quais destacamos o Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – (EME- UNE).

Com o objetivo de mostrar como a representatividade feminina vem ganhando espaço na UNE, no Quadro 1 expomos os nomes das pessoas que compuseram a presidência da entidade, desde a sua fundação até os dias de hoje:

---

4 O direito ao voto feminino havia sido conquistado recentemente por meio do Decreto n.º 21.076/1932, o qual aboliu as restrições de gênero ao voto, abrindo a possibilidade das mulheres a votarem e serem votadas em eleições em âmbito federal, estadual e municipal (MARQUES, 2019).

QUADRO 1: PRESIDENTES DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (1938 - 2021)

Período	Gestão	Observações
1938 – 1939	Valdir Ramos Borges	
1939 – 1940	Trajano Pupo Netto	
1940 – 1941	Luís Pinheiro Paes Leme	
1941 – 1942	Hélio de Almeida	Renunciou
1943 – 1945	Hélio Mota	
1945 – 1946	Ernesto da Silveira Bagdocimo	
1946 – 1947	José Bonifácio Coutinho Nogueira	
1947 – 1948	Roberto Gusmão	
1948 – 1949	Genival Barbosa Guimarães	
1949 – 1950	Rogê Ferreira	Renunciou
1950	José Frejat	Eleito em reunião extraordinária
1950 – 1952	Olavo Jardim Campos	
1952 – 1953	Luis Carlos Goelver	
1953 – 1954	João Pessoa de Albuquerque	
1954 – 1955	Augusto Cunha Neto	
1955 – 1956	Carlos Veloso de Oliveira	
1956 – 1957	José Batista de Oliveira Júnior	
1957 – 1958	Marcos Heusi	
1958 – 1959	Raimundo do Eirado Silva	
1959 – 1960	João Manuel Conrado Ribeiro	
1960 – 1961	Oliveiros Guanais	
1961 – 1962	Aldo Arantes	
1962 – 1963	Vinícius Caldeira Brant	
1963 – 1964	José Serra	Não concluiu o mandato
1965 – 1966	Altino Dantas	
1966 – 1968	Jorge Luís Guedes	
1968 – 1969	Luís Travassos	
1969 – 1971	Jean Marc Von der Weid	
1971 – 1973	Honestino Guimarães	
1973 – 1979		Sem atividades
1979 – 1980	Rui César Costa Silva	
1980 – 1981	Aldo Rebelo	
1981 – 1982	Javier Alfaya	
1982 – 1983	Clara Araújo	
1983 – 1984	Acildon de Mattos Paes	
1984 – 1986	Renildo Calheiros	
1986 – 1987	Gisela Mendonça	
1987 – 1988	Valmir Santos	
1988 – 1989	Juliano Coberllini	
1989 – 1991	Claudio Langone	
1991 – 1992	Patrícia de Angelis	

Período	Gestão	Observações
1992 – 1993	Lindberg Farias	
1993 – 1995	Fernando Gusmão	
1995 – 1997	Orlando Silva de Jesus Júnior	
1997 – 1999	Ricardo Cappelli	
1999 – 2001	Wadson Ribeiro	
2001 – 2003	Felipe Maia	
2003 – 2007	Gustavo Petta	
2007 – 2009	Lúcia Stumpf	
2009 – 2011	Augusto Chagas	
2011 – 2013	Daniel Iliescu	
2013 – 2015	Virgínia Barros	
2015 – 2017	Carina Vitral	
2017	Moara Correia Saboia	
2017 – 2019	Marianna Dias	
2019 – 2021	Iago Montalvão	
Total homens		47
<b>Total mulheres</b>		<b>08</b>

Fonte: dados da pesquisa

Nota: sistematizado pela autora

Os cargos de presidentes da UNE, desde a sua origem até a conjuntura atual, foram ocupados por 47 homens e 08 mulheres, sendo essas representadas por: 1) Clara Araújo: (1982 - 1983); 2) Gisela Mendonça: (1986 - 1987); 3) Patrícia de Angelis: (1991-1992); 4) Lucia Stumpf: (2007 - 2009); 5) Virgínia Barros: (2013 - 2015); 6) Carina Vitral: (2015 - 2017); 7) Moara Correia Saboia: (2017) e 8) Marianna Dias: (2017 - 2019).

É importante destacar que foi durante a Ditadura Militar (1964 - 1984), contexto no qual a repressão e a violência coíbiam iniciativas políticas que confrontavam aquele regime político, que a UNE elegeu Clara Araújo de 21 anos para compor o cargo do presidente da entidade. A estudante já havia militado no movimento estudantil baiano em 1981 e ingressado no Partido Comunista do Brasil – (PCdoB), sendo eleita a primeira mulher a comandar a UNE durante o 34º Congresso da UNE, ocorrido na cidade de Piracicaba (UNE, 2018).

Araújo (2007) expõe um fragmento da entrevista realizada com Clara Araújo, na qual a mesma relembra os preconceitos que sofreu na ocasião em que foi escolhida para presidir a UNE:

Eu me lembro que as forças que se opunham à minha corrente tentavam me descaracterizar ou me desqualificar, puxando exatamente palavras de ordem, relacionadas ao fato de eu ser mulher. Algo assim: ‘Clarinha bonitinha’. Ao mesmo tempo que havia uma repercussão positiva, essa questão ainda era vista com muita desconfiança (ARAÚJO *apud* ARAÚJO, 2007, p. 240).

Ao deixar a presidência da UNE, Clara Araújo, não abandonou a militância política em torno dos direitos das mulheres, sendo eleita em 1989, como presidente da União Brasileira de Mulheres – (UBM) e atuado em 1991 como diretora regional do Partido Comunista do Brasil – (PCdoB). (UNE, 2018, *on-line*)

A mineira Gisela Mendonça, em 1986, foi a segunda mulher a presidir a UNE. Na ocasião a jovem tinha 24 anos e cursava Medicina na Universidade Federal de Juiz de Fora (UNE, 2018, *on-line*). Patrícia

de Angelis, natural de Porto Alegre, com 23 anos de idade, assumiu a presidência da UNE em 1991 e a também gaúcha Lúcia Kluck Stumpf, aos 26 anos de idade, presidiu a entidade no ano de 2007.

Em 2013 a estudante do curso de Direito, Virgínia Barros, na ocasião com 27 anos, foi eleita no 53º Congresso da UNE, a quinta mulher a comandar a entidade. Durante esse mandato, a UNE encabeçou a luta estudantil pela promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) cujo objetivo era a “destinação de 10% do PIB para o setor, o investimento de 50% do Fundo Social do Pré-sal e dos royalties do petróleo para a educação, além do Estatuto da Juventude e da lei que nacionalizou o direito à meia-entrada em eventos culturais e esportivos” (UNE, 2018, *on-line*).

A paulista Carina Vitral, com 27 anos em 2015, foi eleita presidente da UNE no 54º Congresso realizado em Goiânia, tendo comandado “durante seu mandato a resistência contra o golpe<sup>5</sup> e a defesa da democracia em manifestações realizadas pelos estudantes em todo país” (UNE, 2018, *on-line*). Moara Correia Saboia, foi a primeira mulher negra a assumir a presidência da UNE. Esse mandato foi temporário, visto que Moara Correia presidiu a entidade em razão dos compromissos eleitorais da então presidente Carina Vitral que foi candidata a prefeita da cidade de Santos. Por fim, a baiana Marianna Dias, estudante de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, completa a lista das 8 mulheres que comandaram a UNE, sendo “a terceira mulher na sequência a presidir a entidade” (UNE, 2018, *on-line*).

Essas mulheres, no decurso da militância estudantil na UNE, lutaram pela justiça e igualdade feminina, defendendo “bandeiras como a legalização do aborto, o combate ao machismo e à homofobia, a defesa de mais direitos para as estudantes grávidas e com filhos e a promoção de mais mulheres aos espaços de direção do movimento estudantil e na política em geral” (UNE, 2021, *on-line*).

Ainda há de se destacar que desde o dia 08 de março de 2005, a UNE vem promovendo o Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – (EME – UNE). Esse evento surgiu por iniciativa da diretoria de mulheres da UNE, diante “da reação das estudantes ao machismo presente em diversos espaços do movimento estudantil” (TADA, 2016, *on-line*). De acordo com TADA (2016, *on-line*) os encontros do EME, “tem se constituído como um instrumento de organização da ação feminista nas universidades” e partido “de um processo permanente de construção do feminismo pelas estudantes, que discute, propõe e encaminha políticas de combate à desigualdade”.

Andrade (2018, p. 24), explicita que a “dinâmica política do EME é relativamente diferente de outros espaços da UNE”, pois:

Esta é formada por diversas organizações políticas de juventude segmentadas pelos campos políticos: “majoritário”, “popular” e “oposição de esquerda”. Esta configuração em campos políticos é extremamente relevante, por exemplo, para o Congresso da UNE (CONUNE), evento decisivo para os rumos da entidade, em que há eleição de delegados, votação e disputa de cargos. Por outro lado, o EME não é um espaço de caráter deliberativo e, embora estes campos se mantenham delineados, não há uma disputa relativa à institucionalidade da UNE, as resoluções, campanhas, moções e cartas do encontro são construídas por meio do ‘consenso progressivo’. [...]. Assim, as disputas travadas no EME não ocorrem em torno da competição por votos: são diluídas, estão presentes em cada canto do encontro e se dão principalmente em torno dos diferentes *campos feministas* e suas distintas concepções, principalmente acerca do machismo e suas origens, do gênero, do sexo e da sexualidade. [...]. De modo geral, o evento é composto por jovens feministas e, nos últimos anos, vem se consolidando como o principal espaço de encontro do feminismo universitário no Brasil (ANDRADE, 2018, p. 24).

---

5 Em referência ao Golpe de 2016, no qual dia 31 de agosto, após um processo de *impeachment* a presidente Dilma Rouseff foi deposta do cargo.



Embora o EME seja organizado pelo movimento estudantil ligado à UNE, o evento é composto por uma multiplicidade de mulheres jovens, com vínculos ou não ao movimento estudantil, à coletivos feministas juvenis, partidos políticos e demais entidades organizativas da sociedade civil (ANDRADE, 2018). Neste artigo, objetivando debater a participação política de mulheres na UNE, analisamos documentos compostos por resoluções, cartas e moções aprovadas no 6º, 7º e 8º EME da UNE.

No Quadro 2, sistematizamos os documentos originados dos debates e reflexões realizados nos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE, realizados entre os anos de 2015 e 2018:

**QUADRO 2: DOCUMENTOS ORIGINADOS DOS ENCONTROS DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE – (EME) - (2015 - 2018)**

Edições dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE – (EME-UNE)	Documentos Originados
2015 – 6ª edição	6º EME da UNE: Pela aprovação imediata do PLC 130 – (EME, 2015a); Resolução do VI EME da UNE Carta do Paraná – (EME, 2015b); 6º EME da UNE: nota LBT – (EME, 2015c); 6º EME da UNE: carta de apoio UFG – (EME, 2015d); Moção 6º EME da UNE: Moção em solidariedade às professoras e professores do Paraná – (EME, 2015e); Moção 6º EME da UNE: vozes feministas gritam: fora Eduardo Cunha – (UNE, 2015 f).
2016 – 7ª edição	Moções aprovadas no 7º EME da UNE – (EME, 2016a); Carta de Niterói – (EME, 2016b).
2018 – 8ª edição	Mulheres em movimento: a resistência feminista nas ruas e na universidade – (EME, 2018a); Manifesto de 8º EME – (EME, 2018b).

Fonte: dados da pesquisa

Nota: sistematizado pela autora

No ano de 2015, a UNE realizou a 6ª edição do EME na cidade de Curitiba no Paraná. A partir desse encontro, foram produzidos um conjunto de notas, cartas e moções, que além de contribuir para aprofundar o debate sobre a situação da mulher, frente ao machismo imperante dentro e fora da universidade também auxiliaram para a reflexão sobre a situação política do país frente as reformas de cunho neoliberal.

Desses documentos conferimos ênfase à uma carta aberta, na qual as mulheres estudantes denunciaram que as relações patriarcais hegemônicas imperantes na sociedade brasileira, caminham lado a lado com a divisão social do trabalho, configurando um mecanismo de dominação presente no modo de produção capitalista:

A divisão sexual do trabalho é base material da opressão e desigualdades, as dimensões de classe, raça, orientação sexual e gênero são entrelaçadas neste engenhoso sistema de exploração e acumulação de riqueza. A população negra, indígena, quilombola e ribeirinha foram colocadas historicamente numa condição subalterna na sociedade, tendo seu papel na construção da identidade nacional invisibilizada. As lutas feministas, antiLGBTfóbicas e antirracistas contribuem de forma decisiva para a alteração dessas relações de poder e construção de igualdade (EME, 2015b, p. 03).

Após debaterem sobre a exploração da força de trabalho feminina, as jovens estudantes reivindicaram

o fim da divisão sexual do trabalho e defenderam a igualdade salarial:

A verdade é que mesmo hoje as mulheres ocupando a maior parte das vagas para discentes nas universidades, a maior parte dessas mulheres trabalhadoras, mesmo ocupando o mesmo cargo ou exercendo a mesma função que os homens recebem salários mais baixos. É preciso PUNIR quem ousar pagar salários menores para as trabalhadoras quando fazem o mesmo trabalho que seus colegas. A mulher ainda precisa trabalhar o dobro da carga horária, para obter o mesmo salário que o homem. Ou tem que trabalhar a mesma coisa e ganhar a metade. Chega de trabalhar dobrado! (EME, 2015a, p. 01).

Uma das alternativas postas em debate para ampliar os direitos femininos foi a “auto-organização” política das mulheres em movimentos sociais” (EME, 2015b, p. 02). De acordo com as participantes do EME (2015f) a luta por direitos caminha junto com o fortalecimento dos movimentos sociais, assim, o movimento social feminista é uma estratégia que instrumentaliza “a construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária” (EME, 2015b, p. 02), contribuindo para o rompimento do “controle sobre a vida das mulheres” e para “avançar para uma nova realidade em que a mercantilização do nosso corpo e a violência sexista não façam parte no nosso dia-a-dia” (EME, 2015b, p. 02).

No 7º EME, realizado em 2016 na cidade de Niterói, as estudantes debateram as diferentes faces da violência (feminicídio, desqualificação intelectual, estupro, assédio moral etc.), sofridas por mulheres em ambientes universitários. Por meio da Carta de Niterói, as jovens expuseram as seguintes demandas:

Queremos uma universidade livre do machismo, da LGBTfobia, do racismo e qualquer tipo de opressão. Queremos uma universidade livre da violência, dos assédios de professores em sala de aula; da desqualificação intelectual, respaldada pelo machismo; sem trotes machistas; livre dos trotes machistas; sem cantadas e abusos. Lutamos por uma universidade que seja das mulheres e para as mulheres (EME, 2016b, p. 03).

Considerando que a “universidade não está apartada da sociedade” (EME, 2016a, p. 02), as participantes do EME destacaram a necessidade de denunciar a violência doméstica sofrida pelas mulheres, afrontando “todas as formas de opressão e exploração” (EME, 2016b p. 03) realizadas contra as mulheres. Os argumentos expostos na Carta de Niterói enfatizam que a violência “é um instrumento do patriarcado para nos retirar de espaços que hoje ocupamos graças à luta histórica das feministas” (EME, 2016b p. 03).

Com o objetivo de dar visibilidade às relações patriarcais presentes na sociedade, o 8º EME, realizado em 2018 na cidade de Juiz de Fora, abordou sobre a “cara patriarcal do golpe” (EME, 2018b, p. 01) de 2016, o qual retirou da presidência a primeira mulher eleita para o cargo no Brasil. Além desse assunto, as jovens debateram os limites de políticas neoliberais, com destaque para as reformas da previdência e trabalhista, as quais “afetam diretamente as mulheres trabalhadoras” (EME, 2018b, p. 01) e a Emenda Constitucional 95, que ao impor limites à realização de investimentos públicos em áreas sociais por um período de vinte anos, gera o “sucateamento dos serviços públicos, das universidades [...] agudizando situações precárias que influenciam na vida de todas as mulheres” (EME, 2018b, p. 01).

As estudantes deram visibilidade para a questão do feminicídio e pediram justiça para o assassinato de Marielle Franco, vereadora pelo PSOL, que:

[...] foi assassinada por ser Mulher, negra, LBT, favelada, socialista, militante dos direitos humanos. Foi assassinada por ocupar espaços de poder e por mover as estruturas da nossa sociedade racista e patriarcal. Um crime político que ataca ao mesmo tempo a luta das mulheres, das negras e dos negros, das juventudes e pelos Direitos Humanos. Membro da comissão que fiscaliza a intervenção

militar no Rio de Janeiro, Marielle denunciava regularmente as violências e violações levadas à cabo pela Polícia Militar e pelo Estado nas favelas cariocas. Diante disso, precisamos perguntar, quem mandou matar Marielle Franco? (EME, 2018a, p. 01).

Os três encontros do EME realizados entre os anos de 2015 e 2018, além de debaterem temas sobre a opressão, violência e discriminação sofrida por mulheres na sociedade de classes, também pontuaram sobre os impactos das iniciativas políticas de cunho neoliberal na vida das mulheres. As demandas postas nas agendas de lutas do EME não contemplaram apenas os direitos das mulheres estudantes, mas de todas as mulheres, visto que na compreensão das participantes do evento, a universidade não está à margem da sociedade.

Nesta perspectiva, a opressão que se realiza no campo do trabalho e as desigualdades de gênero, classe, raça etc., escancaram que “as condições objetivas, materiais, econômicas e jurídicas se entrelaçam com as condições subjetivas, culturais e ideológicas para a produção e reprodução de identidades reconhecidas no seio de uma determinada ordem social” (FERREIRA; AGUINSKY, 2013, p. 227). Assim, as demandas das mulheres organizadas no movimento estudantil se constroem a partir da opressão, preconceito e segmentação social, presente na estrutura social hegemônica do capitalismo.

Tomando como referência as exposições realizadas, podemos afirmar que a organização feminina na UNE instrumentaliza a luta coletiva, contemplando os direitos da coletividade das mulheres e de grupos femininos, historicamente excluídos, como as negras, lésbicas, transexuais, faveladas, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, entre outras. É nesse sentido, que conforme considera Mandel (1979, p. 48) o movimento estudantil é um importante instrumento na luta de classes, pois estando inserido no contexto desigual sobre o qual se estrutura a sociedade capitalista, pode “difundir a consciência socialista revolucionária anticapitalista no seio da classe operária”.

Tendo em vista a relação de desigualdade e opressão vivenciada na sociedade de classes, Gramsci (2014, p. 251) considera que da contradição emerge a possibilidade de romper as situações de exploração socialmente instituídas. Desse modo, ao participarem de movimentos feministas, coletivos, ou organizações da sociedade civil que abrem espaços para o ativismo feminino, as mulheres, podem confrontar o patriarcado e pautar um modelo de sociedade no qual mulheres e homens compartilham dos mesmos direitos.

Embora o cargo de presidentes da UNE tenha sido ocupado majoritariamente por homens, essa situação vem mudando na atualidade, pois a entidade destina um cargo específico em sua diretoria para assuntos relacionados à mulher e por meio dos Encontros de Mulheres Estudantes busca dar voz e visibilidade as demandas femininas, além de estimular a participação política de mulheres. As demandas do EME, portanto, não estão descoladas da luta de classes, pois se constroem a partir de uma realidade na qual a mulher é explorada, inferiorizada e desvalorizada.

## Considerações finais

O caminho trilhado no desenvolvimento de nossas análises mostrou que historicamente as mulheres confrontaram o patriarcado e se inseriram em lutas pela ampliação de direitos sociais e políticos. No entanto é importante destacar que embora, as mulheres tenham conseguido ocupar espaços na política, no mercado de trabalho e nos bancos das universidades, ainda há muito o que conquistar.

O modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que impõe a divisão social do trabalho, legitima

a opressão sobre o feminino, ao incorporar o patriarcado, “como fundamental na sua estrutura, separando a produção para o mercado e a reprodução da vida” (FARIA; MORENO; VITÓRIA; COELHO, 2010, p. 10). Assim “o trabalho de reprodução da vida foi feminizado e, ao mesmo tempo, invisibilizado, não sendo reconhecido como trabalho” (FARIA; MORENO; VITÓRIA; COELHO, 2010, p. 10).

Essa perspectiva contribui para o trato desigual entre homens e mulheres e para a naturalização das desigualdades sofridas socialmente por mulheres. O movimento feminista vem confrontando essa situação e, sendo representado por mulheres vinculadas a diferentes culturas e segmentos sociais, busca dar voz a mulher trabalhadora, negra, transexual, indígena etc.

Destaca-se a representatividade da mulher jovem nessa luta, por meio do movimento estudantil universitário, vinculado a UNE, entidade que ao longo de sua história elegeu 8 mulheres para o cargo de presidente e que dispõe de uma diretoria específica para assuntos relacionados à mulher.

É importante destacar que embora o cargo de presidentes da UNE tenha sido ocupado majoritariamente por homens, as mulheres que estiveram à frente do comando da entidade, imprimiram suas marcas na luta pela inclusão da mulher na educação, na política e nos movimentos sociais, contribuindo para a construção de uma cultura na qual não haja diferença entre os sexos, opressão e naturalização da violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A análise dos documentos oriundos dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE, mostrou que as demandas das mulheres organizadas no movimento estudantil não estão desvinculadas da luta de classes, pois são influenciadas pela cultura, economia e política que impera no modo de produção capitalista.

## Referências

ANDRADE, H. de. Arenas feministas: tensões no Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. **Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 21-33, ago./2018.

ARAÚJO, C. Entrevista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. p. 240. *In*: ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis, 1937 - 2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BRASIL. **Lei 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: **Presidência da República, Secretaria-Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006**.

CASTAÑEDA, M. **Machismo invisível**. São Paulo: A girafa, 2006.

EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **6º EME da UNE**: pela aprovação imediata do PLC 130. Curitiba: UNE, 2015a. Disponível em: <<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/05/EMEAprovaPLC130.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **6º EME da UNE**: nota LBT. Curitiba: UNE, 2015c. Disponível em: <<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Nota-LBT-6-EME.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **6º EME da UNE: Moção em solidariedade as professoras e professores do Paraná.** Curitiba: UNE, 2015e. Disponível em: <<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/05/EMEmocaoProfessores.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **6º EME da UNE: vozes feministas gritam - fora Eduardo Cunha.** Curitiba: UNE, 2015f. Disponível em: <<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/05/EMEforaEduardo.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **Carta de apoio UFG.** Curitiba: UNE, 2015d. Disponível em: <<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/05/cartaUFG.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **Carta de Niterói.** Niterói: UNE, 2016b. Disponível em: <[https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Carta-de-Niteroi\\_C3%B3i\\_PDF.pdf](https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Carta-de-Niteroi_C3%B3i_PDF.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **Carta do Paraná: Resolução VI EME UNE.** Curitiba: UNE, 2015b. Disponível em: <<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/05/resolu%C3%A7%C3%A3o-FINAL-EME-2015.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **Manifesto do 8º EME Da UNE.** Juiz de Fora: UNE, 2018b. Disponível em: <[https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Manifesto\\_8EME.pdf](https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Manifesto_8EME.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **Moções aprovadas no 7º EME da UNE.** Niterói: UNE, 2016a. Disponível em: <[une.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MOÇÕES-PLENÁRIA-FINAL\\_PDF.pdf](https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MOÇÕES-PLENÁRIA-FINAL_PDF.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- EME - Encontro de Mulheres Estudantes. **Mulheres em movimento: a resistência feminista nas ruas e na universidade.** Juiz de Fora: UNE, 2018a. Disponível em: <<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Carta8EME.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- FARIA, N.; MORENO, R.; VITÓRIA, C.; COELHO, S. **Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência.** São Paulo: Sof, 2018.
- FERREIRA, G. G.; AGUINSKY, B. G. Movimentos sexuais de sexualidade e gênero: análise do acesso a políticas públicas. **R. Katál.** Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, jul./dez. 2013.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LESSA, S. e TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão popular, 2011.
- LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- MANDEL, E. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes.** Lisboa: Antídoto, 1979.
- MARQUES, T. C. de N. **O voto feminino no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011.
- NASCIMENTO, F. E. de M.; SILVA, E. C. de A. Patriarcado, capitalismo e opressão de gênero: notas sobre travestis privados de liberdade no Ceará. **VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.** Maranhão, agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/patriarcado-capitalismo-e-opressao-de-genero-notas-sobre-travestis-privados-de-liberdade-no-ceara.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. **Feminismo e movimento de mulheres**. Edições SOS Corpo. Recife, 2013.

TADA, C. 7º EME marca 13 anos da Diretoria de Mulheres da UNE. São Paulo: UNE, 2016. *In*: UNE - União Nacional dos Estudantes. Últimas notícias. Disponível em: <<https://www.une.org.br/noticias/7o-eme-marca-13-anos-da-diretoria-de-mulheres-da-une/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

UNE - União Nacional dos Estudantes. **Dicionário do Movimento Estudantil**. EME- Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. [2021, *on-line*]. Disponível em: <<https://www.une.org.br/dicionario-do-me/page/2/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

UNE - União Nacional dos Estudantes. **Elas no comando**: conheça as 8 presidentas da UNE. São Paulo: UNE, 2018. Disponível em: <<https://www.une.org.br/noticias/elas-no-comando-conheca-as-8-presidentas-da-une/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

UNE - União Nacional dos Estudantes. **Há 32 anos a UNE elegia sua primeira mulher presidenta**. São Paulo: UNE, [2018, *on-line*]. Disponível em: <<https://www.une.org.br/2014/09/ha-32-anos-une-elegia-sua-primeira-mulher-presidenta/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Submetido em: 05.03.2021

Aceito em: 30.08.2021